

Anderson Prezia Franco

Anderson Prezia Franco

Arbitragem Tributária NO BRASIL

DESAFIOS E PROPOSTAS

Prefácio
Gilmar Ferreira Mendes

FORUM

ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA NO BRASIL

Desafios e propostas

Prefácio

Gilmar Ferreira Mendes

Área específica

DIREITO TRIBUTÁRIO.

Áreas afins do livro

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.

Palavras-chave

ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA; ACESSO À JUSTIÇA;
CRISE DO PODER JUDICIÁRIO; SISTEMA
TRIBUTÁRIO BRASILEIRO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 3766

O objetivo geral desta obra é investigar a Arbitragem Tributária no direito brasileiro e seus efeitos sociojurídicos para a Justiça no Brasil. A partir disso, o estudo percorre os seguintes objetivos específicos: a) descrever o processo histórico-social de constitucionalização da Arbitragem tributária no Brasil e o cenário jurídico-político sobre o tema; b) identificar e problematizar o Sistema Tributário brasileiro, a partir do princípio do acesso à Justiça, com ênfase para as possíveis crises do processo tributário no Poder Judiciário brasileiro; c) refletir sobre a experiência portuguesa na adoção da arbitragem tributária e, de modo subsidiário, d) propor interlocuções para o caso brasileiro, a partir da análise qualitativa dos documentos dos projetos de lei em trâmite no Senado Federal sobre o tema. Esta pesquisa parte da hipótese de que a arbitragem tributária no direito brasileiro tende a ampliar o acesso à Justiça, evitando que o processo judicial, sobretudo na fase de execução fiscal, repita etapas e providências realizadas pela administração fazendária ou pelo conselho de fiscalização profissional (CNJ, 2021). A metodologia adotada consiste na revisão bibliográfica sobre o tema, bem como na análise documental dos Projetos de Lei nº 4.257/19 e 4.469/20, de autoria do senador Antonio Anastasia e da Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), respectivamente; do Projeto de Lei Complementar nº 17/2022, apresentado pelo deputado Felipe Rigoni, em conjunto com outros 31 parlamentares; e da Recomendação nº 120/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F825a Franco, Anderson Prezia
Arbitragem tributária no Brasil: desafios e propostas / Anderson Prezia Franco.
Belo Horizonte: Fórum, 2025.
199p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0810-1

ISBN digital 978-85-450-0790-6

1. Arbitragem tributária. 2. Acesso à justiça. 3. Crise do Poder Judiciário. 4. Sistema tributário brasileiro. I. Título.

CDD: 343.04

CDU: 343.1

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FRANCO, Anderson Prezia. *Arbitragem tributária no Brasil: desafios e propostas*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 199p. ISBN 978-85-450-0810-1.

Anderson Prezia Franco

Doutor em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (2017). Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2002). Tem experiência na área de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Administração Pública. Advogado.

PREFÁCIO	
Gilmar Ferreira Mendes	15
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	
A ARBITRAGEM NO DIREITO BRASILEIRO.....	23
1.1 Considerações sobre o processo arbitral	26
1.2 As alterações da Lei nº 13.129/2015.....	30
1.3 A reforma da Lei de Arbitragem	34
1.4 A arbitragem no Direito Público	38
CAPÍTULO 2	
O PROCESSO TRIBUTÁRIO NO BRASIL	45
2.1 O sistema tributário: justiça e eficiência	45
2.2 O acesso à Justiça e a crise do Poder Judiciário brasileiro	47
2.3 O crédito tributário frente ao princípio da indisponibilidade e os percalços do processo administrativo tributário.....	54
2.4 O crédito tributário frente ao princípio da indisponibilidade	57
CAPÍTULO 3	
INICIATIVAS LEGISLATIVAS NO ÂMBITO DA ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA BRASILEIRA	69
3.1 Percurso da arbitragem tributária no Brasil: cronologia fático-normativa	72
3.2 Normatização brasileira a partir da segunda metade do século XX.....	82
3.3 Experiências paradigmáticas	90
3.3.1 Deliberações sobre os Estádios da Copa de 2014	92
3.3.2 Projeto de Lei nº 4.257/2019.....	94
3.3.3 PL nº 4.468/2020	100
3.3.4 Análise do Projeto de Lei Complementar nº 17/2022	104
3.3.5 A Recomendação nº 120/21 do CNJ	105
CAPÍTULO 4	
A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA E A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA.....	107
4.1 A opção pela arbitragem tributária em Portugal	107
4.2 O marco legal	109
4.3 A arbitragem tributária e a indisponibilidade do crédito tributário em Portugal.....	110
4.4 A experiência do Centro de Arbitragem Administrativa	112
4.4.1 O Conselho Deontológico.....	113
4.4.2 Os Tribunais Arbitrais.....	113
4.4.3 A constituição do Tribunal Arbitral.....	114
4.4.4 Da competência dos tribunais arbitrais tributários	115
4.4.5 Das matérias arbitráveis	116
4.4.6 Do árbitro	117
4.4.7 Da escolha do árbitro	119
4.5 Efeitos da constituição do Tribunal Arbitral	121
4.6 Custas do procedimento arbitral.....	122
4.7 Princípios processuais.....	122
4.8 O processo arbitral.....	123
4.8.1 Tempo de duração e recursos	124

4.9	Análise crítica da doutrina sobre a arbitragem tributária portuguesa	126
4.10	Análise crítica comparativa com o Brasil	127
CAPÍTULO 5		
PERCURSOS DA ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA NO DIREITO BRASILEIRO		
5.1	Disponibilidade do interesse público quanto ao crédito tributário: “mito” ou factibilidade?.....	129
5.2	Necessidade de regulamentação da arbitragem	131
5.2.1	Princípio da legalidade: ponderações necessárias à “estrita” legalidade tributária	132
5.2.2	(Des)necessidade de alteração do CTN	134
5.3	Arbitragem em Direito Tributário e o Princípio da Isonomia	136
5.4	Óbices da arbitragem na Administração Pública.....	139
5.5	O impacto da ausência de um marco regulatório específico em âmbito nacional.....	140
5.5.1	Da ausência de políticas públicas.....	141
5.5.2	Entraves culturais: “cultura de sentença”	141
5.6	Da regulamentação.....	142
5.7	Matérias passíveis de serem julgadas por arbitragem tributária	143
5.7.1	Arrolar os projetos que vedam decisões contrárias aos precedentes reiterados pelo Poder Judiciário.....	147
5.8	Tempos de interrupção (arbitragem tributária <i>on-line</i>).....	148
CAPÍTULO 6		
DESAFIOS E PROPOSTAS PARA A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA.....		
6.1	Da não vedação da utilização da solução arbitral pela CF/88.....	153
6.2	Iniciativa portuguesa como cenário de solução	156
6.3	Desburocratização do sistema	158
6.4	O controle de constitucionalidade difuso na arbitragem tributária	159
6.5	Contribuição para maior efetividade no recebimento do gigantesco passivo tributário	162
6.6	Câmara de Mediação Tributária.....	179
CONCLUSÃO		
REFERÊNCIAS.....		
		189